

O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e a Nova Identidade Nacional Brasileira sob o Governo Bolsonaro

Júlia Souza Manoel¹

Resumo: Este artigo analisa como a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular pelo governo Bolsonaro reflete a influência da nova direita e a defesa de uma soberania nacional rígida. O argumento central do artigo é que a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração pelo governo Bolsonaro reflete não apenas uma política de defesa da soberania nacional, mas também uma tentativa de construir uma nova identidade nacional alinhada à ideologia da nova direita, que é marcada pela exclusão e pelo nacionalismo. O objetivo principal é investigar como essa decisão foi usada para construir uma nova identidade nacional alinhada à ideologia ultraconservadora, marcada pelo nacionalismo e pela exclusão. Além de reposicionar o Brasil no cenário internacional, ao lado de países com políticas anti-imigração, essa escolha reforçou internamente narrativas de proteção contra “ameaças” externas e restringiu a cooperação internacional. Com uma metodologia qualitativa, este estudo baseia-se na análise documental de discursos governamentais, legislações e artigos jornalísticos para investigar como a saída do pacto e as políticas subsequentes contribuem para a construção de uma nova identidade nacional, caracterizada pela exclusão e pela valorização de princípios nacionalistas.

Palavra Chave: Extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, Securitização

Abstract: This article analyzes how Brazil's withdrawal from the Global Compact for Safe, Orderly, and Regular Migration under the Bolsonaro administration reflects the influence of the new right and the defense of a rigid concept of national sovereignty. The central argument of the article is that Brazil's withdrawal from the Global Compact for Migration under the Bolsonaro government represents not only a policy of national sovereignty defense but also an attempt to construct a new national identity aligned with the ideology of the new right, characterized by exclusion and nationalism. The main objective is to investigate how this decision was used to build a new national identity aligned with ultraconservative ideology, marked by nationalism and exclusion. In addition to repositioning Brazil on the international stage alongside countries with anti-immigration policies, this choice internally reinforced

¹ Artigo de Conclusão de Curso apresentado por Júlia Souza Manoel, graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob orientação da Professora Dra. Lara Selis, vinculado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI), com a presença dos professores Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá e Jéssica Silva Fernandes na banca avaliadora.

narratives of protection against external "threats" and restricted international cooperation. Using a qualitative methodology, this study relies on documentary analysis of government speeches, legislation, and journalistic articles to investigate how the withdrawal from the Compact and subsequent policies contribute to the construction of a new national identity characterized by exclusion and the promotion of nationalist principles.

Key words: Far-right, Jair Messias Bolsonaro, Securitization

1. Introdução:

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018 representou um fenômeno ligado a profundas transformações políticas que ocorreram ao longo das décadas anteriores, especialmente com o declínio do ciclo governamental liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O cenário de crise e insatisfação popular foi fundamental para o surgimento de um movimento político reacionário e de forte caráter conservador, propenso a rejeitar as políticas de inclusão e conciliação defendidas pelo PT. O afastamento de Rousseff, e a chegada de Michel Temer ao poder em 2016, foi seguido pela quebra da estabilidade política promovida pelo projeto petista, abriu espaço para que frações da burguesia e setores da sociedade contrários ao reformismo retomassem o poder, intensificando o neoliberalismo e a retórica nacionalista (CUNHA, 2020).

A assinatura do Pacto Global de Migração, Segura, Ordenada e Regular pelo Brasil, um dos principais países da América Latina, refletiu a busca do governo Temer por uma inserção mais engajada em questões globais, mesmo que em um contexto de resistência a políticas mais inclusivas. Além disso, a adesão ao pacto também levou a debates intensos sobre a condição dos migrantes e refugiados no país, especialmente em um cenário onde o discurso político frequentemente deslegitima essas populações.

O Pacto Global para Migração foi o primeiro acordo global da ONU que estabeleceu uma abordagem comum para tratar a migração internacional em todas as suas dimensões. Embora não tenha caráter legal obrigatório, o pacto se baseia em princípios como a soberania dos Estados, a responsabilidade compartilhada, a igualdade de tratamento e os direitos humanos. Ele enfatiza que a cooperação entre países é essencial para maximizar os benefícios da migração, ao mesmo tempo que reconhece e enfrenta os riscos e desafios que ela pode trazer para indivíduos e comunidades nos países de origem, trânsito e destino (ONU, 2024).

Esse Pacto Global de Migração foi assinado pelo ex-presidente Michel Temer em dezembro de 2018, em um contexto político marcado pela transição para a direita no Brasil,

que se intensificou com a eleição de Jair Bolsonaro logo após a assinatura do documento. Negociado desde 2017, o pacto foi respaldado por mais de 150 países e simbolizou um esforço coletivo em resposta à grave crise de migração e refúgio que afetava diversas partes do mundo, em razão de conflitos, desigualdades econômicas e desastres ambientais.

Assim, a eleição de Bolsonaro, com discursos de combate à corrupção e de restauração de valores “tradicionais”, consolidou a transição política de um projeto de esquerda conciliatório para uma nova fase de governo conservador e nacionalista, fortemente apoiado pela classe média e pelas elites empresariais descontentes com a governança petista. Com essa mudança de governo em 2019, o compromisso assumido no pacto enfrentou novos desafios, uma vez que a nova administração promoveu uma agenda mais restritiva em relação à imigração, alterando o foco das políticas públicas nesse âmbito e gerando tensões no debate sobre solidariedade internacional (CUNHA, 2020).

A retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular foi oficializada no dia 8 de janeiro de 2019, afetando negativamente a governança brasileira no cenário global sobre assuntos de imigração. O Brasil, com sua saída do Pacto, ficou sujeito a várias críticas, além de ficar à mercê de possíveis consequências desse movimento no Sistema Internacional, impactando assim a luta de OIs e ONGs internacionais que trabalham pela construção e permanência de diretrizes dos Direitos Humanos e regulamentação dos direitos dos migrantes (RODRIGUES, 2019).

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) promoveu políticas públicas alinhadas com crenças religiosas conservadoras, especialmente influenciadas pelo cristianismo evangélico. Essas crenças incluem valores tradicionais de família, nacionalismo e uma visão restritiva em relação a temas como imigração, vistos como ameaças à cultura e aos valores nacionais. Esse governo também foi capaz de influenciar a nomeação de juízes e outros funcionários públicos que compartilham essas visões, fortalecendo a presença de ideologias conservadoras nas políticas e decisões do Estado.

Assim, o presente trabalho almeja responder à seguinte pergunta: como a administração de Bolsonaro, ao elaborar normas e políticas públicas, construiu narrativas específicas sobre a imigração que justificassem a saída do Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular? Mais especificamente, como foi politicamente manejada a ideia de soberania e nacionalismo para o alcance de outros objetivos do governo Bolsonaro? Qual foi a função política dessa mobilização discursiva do nacionalismo?

A escolha deste tema para a pesquisa se justifica pela importância e pertinência da política migratória no Brasil durante a presidência de Jair Bolsonaro. Ao retirar o Brasil do

Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, o governo adotou uma postura que reflete a influência da nova direita e uma defesa rígida da soberania nacional. Esta decisão marcou uma mudança significativa na política externa e migratória do Brasil, posicionando o país em um contexto global de crescente nacionalismo e xenofobia. Este estudo é essencial para compreender como essa retirada moldaram uma nova identidade nacional, pautada pela exclusão e pela revalorização de princípios soberanistas, e como isso ressoa nas narrativas da nova direita no Brasil.

Este estudo adotará uma metodologia qualitativa com base em análise política e revisão documental. Serão examinados documentos oficiais, declarações públicas e medidas adotadas na política migratória durante o governo Bolsonaro. A pesquisa também incluirá uma revisão de literatura sobre o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e sobre a influência da nova direita na formulação de políticas públicas. Essa abordagem permitirá avaliar como a administração de Bolsonaro utilizou conceitos de soberania e nacionalismo para justificar a saída do Brasil do Pacto e redirecionar a política migratória em alinhamento com a agenda da nova direita.

Deste modo, partindo do pressuposto de que as mudanças significativas ocorridas nos últimos anos na política brasileira afetaram também o campo das políticas voltadas ao tema do refúgio e da migração, argumenta-se que, no campo discursivo, tais políticas adotadas na administração de Jair Bolsonaro promoveram uma identidade nacional anti-imigrantes. Com embasamento teórico na securitização de Barry Buzan, presente na escola de Copenhagen, nossa hipótese sugere que as narrativas das campanhas de Bolsonaro adotam uma estratégia de securitização da pauta migratória e do refúgio, assim moldando a opinião pública a identificar o imigrante/refugiado como inimigos.

Analisaremos como estas questões de segurança incorporam os conceitos de soberania nacional e nacionalismo presentes no governo de Jair Bolsonaro, servindo ideologicamente ao neoconservadorismo enquanto movimento teórico e político. Isto permitir-nos-á compreender como a construção da identidade nacional em relação à imigração é influenciada não só pela segurança percebida, mas também pela ideologia política e visões específicas de nacionalismo e soberania.

O presente artigo abordará a ascensão da extrema direita no Brasil na administração de Bolsonaro, dividindo-se em três tópicos principais. O primeiro tópico é subdividido em duas partes: a primeira analisa a ascensão da extrema direita no país, enquanto a segunda discute a questão da soberania e as ameaças iminentes, utilizando a teoria de securitização desenvolvida por Barry Buzan. No segundo tópico, examino a retirada do Brasil do Pacto

Global de Migração, analisando as justificativas apresentadas pelo presidente Bolsonaro. Por fim, o último tópico aborda a construção de uma nova identidade brasileira, fundamentada no ultraconservadorismo e no nacionalismo.

2. Ascensão da Extrema Direita no Brasil

A vitória da extrema direita nas eleições de 2018 no Brasil foi moldada por vários fatores, incluindo influências políticas, econômicas e sociais. Uma análise crítica desse fenômeno mostra uma complexa interação entre o poder do grande capital internacional, a globalização de setores da elite nacional, a crise econômica mundial e os movimentos sociais de protesto.

Segundo Duarte (2023), a extrema direita entra num cenário onde as classes populares estão num movimento de refluxo, tendo suas lideranças cooptadas e desmobilizadas pela institucionalização dos movimentos sociais que ocorreram nos governos petistas, deixando as massas sem direção política e vulneráveis à captura ideológica das classes dominantes. Isso leva o movimento extremista a ir pavimentando sua política calcada no enfraquecimento da política petista, que teve seu declínio com a saída de Lula do poder, e acaba desmontando parcialmente com o golpe que a presidenta Dilma sofre, levando o seu vice presidente Michel Temer ao poder e assim fazendo com que a direita começasse a se infiltrar na tomada de decisão de políticas públicas.

Assim, o governo Temer assumiu em um momento de crise política e econômica, após o impeachment de Dilma Rousseff. Essa crise gerou um ambiente propício para o crescimento de sentimentos nacionalistas, com apelos à recuperação da "ordem" e da "soberania nacional". O aumento do nacionalismo durante o governo de Michel Temer e, posteriormente, no governo de Jair Bolsonaro, pode ser entendido como parte de um fenômeno mais amplo de reconfiguração política e social no Brasil, que se insere em um contexto global de ascensão de movimentos nacionalistas e populistas.

De acordo com Quadros e Madeira (2018), a bancada evangélica no Brasil emergiu como uma força política significativa a partir da década de 1990, impulsionada pelo crescimento das igrejas neopentecostais e pela crescente mobilização de seus fiéis em torno de pautas conservadoras. Essa bancada se consolidou como um ator relevante no cenário político, especialmente durante o governo de Michel Temer, entre os anos de 2016 a 2017. A relação entre Temer e a bancada evangélica foi marcada por uma afinidade eletiva, onde

ambos os grupos encontraram interesses comuns, especialmente na oposição à esquerda e na promoção de reformas neoliberais.

O então presidente Temer buscou o apoio da bancada evangélica para garantir a governabilidade e legitimar suas reformas, como a reforma trabalhista e a PEC do teto dos gastos públicos. A bancada, por sua vez, viu na administração de Temer uma oportunidade para avançar suas pautas moralizantes, como a defesa da família tradicional e o combate à "ideologia de gênero". Essa aliança foi crucial para a aprovação de reformas que atendiam aos interesses das frações burguesas, ao mesmo tempo em que permitia à bancada evangélica fortalecer sua influência política (QUADROS;MADEIRA, 2018).

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a bancada evangélica consolidou ainda mais seu poder. Bolsonaro, que se apresentou como um candidato "temente a Deus", atraiu o apoio de muitos evangélicos, que viam nele uma oportunidade de promover suas agendas conservadoras. A relação entre Bolsonaro e a bancada evangélica é caracterizada por um alinhamento ideológico, onde ambos compartilham uma visão conservadora sobre questões sociais e morais. A bancada se tornou um suporte fundamental para o governo Bolsonaro, ajudando a aprovar reformas e a implementar políticas que refletem seus valores (BORGES, 2018)

O militarismo no governo Bolsonaro também é um aspecto relevante. Bolsonaro, que tem um histórico militar, cercou-se de figuras militares em sua administração, promovendo uma agenda que enfatiza a segurança pública e a ordem. Essa presença militar no governo é vista como uma tentativa de restaurar valores conservadores e de combater o que é percebido como uma ameaça à moralidade e à segurança no país. A combinação do apoio da bancada evangélica e do militarismo no governo Bolsonaro reflete uma nova configuração de poder que busca consolidar uma agenda conservadora e neoliberal no Brasil (ALMEIDA, 2019).

Almeida (2019) também argumentou que o nacionalismo durante os governos de Temer e Bolsonaro se caracterizou por uma forte carga cultural e religiosa, um apelo à moralidade tradicional e um antipluralismo que buscava deslegitimar movimentos sociais progressistas. Essa nova forma de nacionalismo se articula com uma agenda neoconservadora e se insere em um contexto global de ascensão de movimentos de direita, refletindo tensões sociais e políticas contemporâneas.

No governo Bolsonaro, o nacionalismo se intensificou, sendo utilizado como uma ferramenta retórica para mobilizar apoio popular. Bolsonaro frequentemente invoca a ideia de um Brasil "grande" e "forte", alinhando-se a valores conservadores e tradicionais, e promovendo uma visão de mundo que se opõe a influências externas, especialmente de

organizações internacionais e de ideologias consideradas "estranhas" à cultura brasileira (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO 2020).

Em meio a uma crise econômica exacerbada, caracterizada por altos índices de desemprego, inflação crescente, precarização do trabalho, aumento da violência e acentuada desigualdade, observou-se o ressurgimento de ideologias e práticas autoritárias. Nesse cenário, a onda conservadora intensificou-se, promovendo a repressão e deslegitimando a luta por direitos, o que reflete uma preocupante regressão nos avanços sociais obtidos após o fim da ditadura (QUADROS; MADEIRA, 2018).

O neoconservadorismo, como discutido por Birolli, Vaggione e Machado (2020), distingue-se do conservadorismo tradicional por uma sofisticação maior nas estratégias e discursos, especialmente no contexto do governo de Jair Bolsonaro. Enquanto o conservadorismo tende a reagir de forma mais direta às mudanças sociais, o neoconservadorismo articula-se com atores religiosos e políticos, utilizando canais democráticos para promover uma moralidade voltada à restauração de uma ordem percebida como em crise.

Essa configuração manifesta-se na resistência a direitos sexuais e reprodutivos, evidenciando uma aliança entre segmentos religiosos e políticos que se opõem às pautas de igualdade de gênero e diversidade sexual, o que reflete uma politização reativa com impactos profundos nas políticas públicas e na legislação nacional.

Adiante, essa relação entre religião e a posição antimigração no governo Bolsonaro pode ser compreendida no contexto mais amplo do neoconservadorismo que se manifestou na América Latina, especialmente no Brasil. O neoconservadorismo, como discutido no livro de Flávia Birolli, Birolli, Vaggione e Machado (2020), se caracteriza pela mobilização de atores religiosos conservadores em resposta a transformações sociais, incluindo a luta por direitos de gênero e diversidade sexual.

No governo Bolsonaro, a instrumentalização da religião, particularmente do cristianismo evangélico, desempenhou um papel crucial na construção de uma narrativa antimigração. Os líderes religiosos, especialmente os evangélicos, se articularam em torno de uma moralidade que valoriza a "família" e as "tradições nacionais", frequentemente associando a imigração a ameaças à segurança e à ordem social. Essa retórica se alinha com a defesa de uma identidade nacional cristã, que busca preservar valores considerados "naturais" e "tradicionais", em oposição a influências externas e a diversidade cultural (GONÇALVES, 2021)

Além disso, a aliança entre setores evangélicos e católicos conservadores têm fortalecido a resistência a políticas que promovem a inclusão de imigrantes, reforçando a ideia de que a imigração pode desestabilizar a estrutura familiar e social. Essa mobilização religiosa se traduz em ações políticas que visam restringir direitos e acesso de imigrantes, justificando tais medidas como uma proteção à "família" e à moralidade cristã.

Portanto, a religião, especialmente na forma de um ativismo neoconservador, tem sido um elemento central na formulação de políticas antimigração no governo Bolsonaro, refletindo uma visão de mundo que prioriza a homogeneidade cultural e a preservação de valores tradicionais em detrimento da diversidade e da inclusão (GONÇALVES, 2021).

Além disso, o bolsonarismo se destaca por sua retórica populista e seu apelo direto ao "povo", frequentemente utilizando uma linguagem que se opõe às elites e às instituições tradicionais. Essa abordagem é mais agressiva e polarizadora do que o conservadorismo tradicional, que pode ser mais institucional e moderado em suas reivindicações. Enquanto o conservadorismo busca preservar valores e estruturas sociais, o bolsonarismo, influenciado pelo neoconservadorismo, se caracteriza por uma reação intensa e mobilizadora contra as transformações sociais, utilizando uma retórica populista e estratégias de mobilização que desafiam as normas estabelecidas (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Ademais, durante o governo de Jair Bolsonaro, diversas condutas ideológicas que influenciaram as políticas públicas foram implementadas, refletindo uma perspectiva de enxugamento do Estado e austeridade econômica. Essas ações incluíram a redução de políticas de assistência social, abrangendo cortes em programas destinados a populações vulneráveis, além do fomento ao punitivismo, que se manifestou por meio do fortalecimento das forças policiais e militares em detrimento de uma abordagem mais preventiva e social (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

De acordo com Chávez e Gehlen (2019), diversas reformas e medidas propuseram privilegiar a segurança em relação aos direitos sociais, resultando na contenção da justiça social e na desarticulação de redes de proteção social. Tal orientação ideológica se baseou em uma retórica que valorizava a ordem e a segurança, frequentemente associada à ideia de que a solução para problemas sociais reside em uma punição mais severa, diminuindo a ênfase em políticas inclusivas e redistributivas. Essas diretrizes foram amplamente criticadas por especialistas em direitos humanos e por movimentos sociais, que alertaram para os riscos de aprofundamento das desigualdades sociais e da marginalização de grupos já vulneráveis.

Ademais, a implementação de políticas de austeridade, como a Emenda Constitucional n. 95, que estabeleceu um teto para os gastos públicos por 20 anos. Essa

medida visou restringir investimentos em áreas sociais, como saúde e educação, e reflete uma ideologia neoliberal que prioriza a redução do papel do Estado na economia. As políticas do governo têm se mostrado hostis a movimentos sociais que lutam por direitos humanos, igualdade de gênero e diversidade sexual. A retórica antigênero e a oposição a pautas progressistas refletem uma tentativa de silenciar vozes que buscam justiça social, promovendo uma agenda que favorece a moral conservadora (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Essas condutas ideológicas estão interligadas e refletem uma estratégia mais ampla de reconfiguração do papel do Estado e das relações sociais no Brasil, alinhando-se com tendências neoconservadoras que buscam restaurar valores tradicionais e limitar a participação de grupos historicamente marginalizados. A abordagem do governo Bolsonaro em relação à política migratória destaca-se por uma abordagem centrada na segurança nacional, priorizando o controle e a vigilância dos migrantes, em detrimento da proteção dos direitos humanos e da cooperação internacional na questão migratória. Com enfoque punitivista, o governo brasileiro, mostra um controle mais efetivo no status do imigrante e sua permanência no território brasileiro (IMDH, 2019).

O nacionalismo de Bolsonaro se insere em uma rede global de movimentos de direita e extrema direita, que compartilham estratégias e discursos. Isso inclui a adoção de elementos da Teologia da Prosperidade e a influência de líderes como Donald Trump nos Estados Unidos e Milei na Argentina, também fazem uso do nacionalismo e da soberania como base de sua política.

2.2. Soberania e a iminente ameaça

O presidente Bolsonaro buscou estabelecer uma visão de mundo que valoriza a autoridade, a ordem e a segurança, ao mesmo tempo em que promove políticas econômicas ultraliberais. Além disso, esse movimento populista se apoia em uma base cristã conservadora e tem como objetivo combater o que considera ameaças à família tradicional e aos valores morais (NUNES, 2022).

Essa posição reflete na adesão à corrente de pensamento conhecida como "nova direita" ou "extrema direita", que tem se espalhando por vários países, incluindo o Brasil. Essa abordagem política, caracterizada por uma retórica nacionalista, anti-imigração e anti-globalização, coincide com as tendências de líderes como Donald Trump, Matteo Salvini, Viktor Orbán e atualmente no presidente argentino, Victor Milei. Dessa maneira, também nas arenas discursivas, Bolsonaro apresentou várias falas xenófobas, especialmente

após a sua vitória em 2018, onde muitos veículos de comunicação apresentaram em matérias a representação do “perigo estrangeiro” (MENDES; MENEZES, 2019).

Após a vitória de Bolsonaro para a presidência, já em seu primeiro ano, foi divulgada a Portaria no 666/19 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que apresentou a nova forma que o governo abordaria a política migratória, incluindo uma perspectiva sobre a garantia dos direitos humanos para os imigrantes. Tal portaria previa, por exemplo, novas diretrizes para a deportação sumária de estrangeiros considerados perigosos ou que tenham violado a Constituição como a proibição ao ingresso no país, a repatriação e a deportação sumária de qualquer indivíduo considerado perigoso ou que tenha cometido um ato contra os princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal (BRASIL, 2019).

De acordo com o relatório do Instituto Migrações e Direitos Humanos (2019), em seu relatório de atividades expõe que essa portaria estabelece regras sobre o impedimento de entrada, repatriação e deportação sumária de pessoas consideradas perigosas ou que cometeram atos contrários à Constituição Federal. Com um enfoque punitivista, a Portaria desconsidera a presunção de inocência, permitindo a deportação de estrangeiros antes da conclusão das investigações, e ignora o devido processo legal, limitando as decisões a um âmbito administrativo. Além disso, ela aumenta as barreiras para a entrada de migrantes e endurece os requisitos para pedidos de residência, podendo barrar solicitações com base apenas na suspeita de crimes mencionados na própria Portaria.

O pensamento retrógrado foi se espalhando de acordo com a popularidade de Bolsonaro foi ganhando força. Já nas eleições, Bolsonaro vinha tratando a visão do imigrante como algo ruim, tendo como base a securitização em seus discursos, ele criticava os médicos cubanos presentes no Brasil pelo projeto Mais Médicos, dizendo que iria libertar os “irmãos cubanos” para que eles pudessem voltar para suas famílias.

A ascensão de Bolsonaro à presidência da República, em janeiro de 2019, interrompeu o processo de mudanças institucionais nessa matéria e ressaltou a perspectiva securitária, segundo a qual a entrada e presença de migrantes no país requerem vigilância e controle policial (MENDES; MENEZES, p.303, 2019).

Contudo, o bolsonarismo se distingue pelo seu discurso mais populista e agressivo, especialmente em relação à política cultural e à inclusão de novos inimigos simbólicos, como a ideia de "ameaça" representada por movimentos de direitos humanos, pautas identitárias e o liberalismo cultural. O conceito de securitização, proposto por Barry Buzan, teórico da Escola de Copenhague, pode ser utilizado para analisar a situação em questão. Buzan define a securitização como o processo de produção e identificação de ameaças nacionais, que

justifica a implementação de ações emergenciais. No contexto do governo Bolsonaro, observa-se uma estratégia discursiva sistemática que enquadra os imigrantes² como inimigos sociais, associando-os a uma ameaça à sobrevivência dos cidadãos ou da nação. Essa construção de perigo permitiu que o governo utilizasse medidas extremas para lidar com a situação, empregando quaisquer meios necessários para conter o crescimento ou desenvolvimento da ameaça percebida (BUZAN,1998). Esse conceito serve como meu aporte teórico-metodológico, fundamentado no meu argumento e sendo aplicado em pontos específicos ao longo do texto.

Nesse sentido, argumenta-se pela aplicabilidade do pensamento de Buzan para o caso do governo bolsonarista, que mobilizou um conjunto de práticas discursivas e retóricas orientadas para a representação dos imigrantes e refugiados como um perigo ou uma ameaça à coletividade nacional. Como Buzan explica, ao fazer uso estratégico da narrativa de ameaça à soberania para justificar medidas de securitização das fronteiras e controle da imigração, o governo acaba também buscando legitimar organizações específicas do poder, como o fortalecimento das forças policiais e militares, a redução de políticas públicas para essas minorias, o controle sobre limites da cidadania e a incidência sobre os sentidos do nacional.

A portaria 666, citada acima, manifesta e reforça o enquadramento do imigrante na posição de ameaça, estabelecendo terreno para a resposta jurídica em torno da restrição de entrada desses corpos nas fronteiras brasileiras. Tal ação, que é simultaneamente discursiva e material, demarca a regressão das ideologias que anteriormente embasaram o direito humanitário, revelando barreiras para a garantia dos direitos humanos dos imigrantes, assim os colocando como inferiores. A administração de Bolsonaro mostrou a face conservadora e xenófoba como a nova identidade do Brasil perante assuntos de direitos humanos, em específico os direitos aos imigrantes e refugiados.

Como se pode notar, a prática da securitização pode estar alinhada à produção de hierarquias sociais, remetendo a estratégias comumente utilizadas para organização de outras instituições, tais como o racismo e o nacionalismo. Cabe notar, portanto, que mesmo antes do século XXI, a união entre o pensamento nacionalista e práticas de subalternização já estava presente em território brasileiro. De acordo com Costa (2002), durante o período colonial e imperial, por exemplo, a escravidão não apenas moldou a economia, mas também impôs uma dinâmica social que categorizava os indivíduos com base em sua origem étnica e

² Em uma entrevista concedida ao **Jornal Opção**, em 2015, Jair Bolsonaro declarou que refugiados haitianos, senegaleses, bolivianos e sírios eram "a escória do mundo", afirmando que essas pessoas estavam chegando ao Brasil "como se já não tivéssemos problemas demais para resolver". As declarações reforçaram um discurso de exclusão e nacionalismo, gerando ampla repercussão negativa e críticas públicas na época.

status social. A valorização de uma "identidade nacional" se deu, em parte, através da marginalização e consequente securitização de grupos, especialmente os africanos e seus descendentes, que foram vistos como "outros" em um projeto de nação que se pretendia homogêneo e superior.

No século XX, sob a liderança de Getúlio Vargas, houve um ressurgimento do nacionalismo, fortemente entrelaçado com a ideia de um Brasil autêntico e forte. O governo Vargas promoveu uma série de políticas que buscavam integrar a diversidade cultural do país, porém, mantiveram elementos de exclusão e controle social que ecoavam a própria lógica da escravidão. A construção do "homem brasileiro" ideal serviu tanto para a promoção de um projeto nacional quanto para a afirmação de uma identidade que desconsiderava os direitos e a dignidade de segmentos da população já marginalizados (COSTA, 2002).

Portanto, a teoria de Buzan (1998), pode ser aplicada nesse contexto ao pontuar que é importante entender como as pessoas constroem uma compreensão comum do que é considerado uma ameaça e como elas devem reagir. Na teoria da linguagem, esse processo de securitização pode ser chamado de ato de fala. Portanto, a extrema direita tende a enfatizar a identidade nacional, a soberania nacional e a preservação da cultura e dos valores tradicionais. Ela também pode adotar uma postura anti-imigração, promovendo políticas restritivas em relação à entrada de estrangeiros no país, assim defendendo uma visão conservadora e nacionalista (NUNES, 2022).

A mobilização de uma base religiosa significativa, que se sente representada por Bolsonaro, é uma novidade em relação a nacionalismos anteriores no Brasil. Essa base não apenas apoia a agenda política, mas também participa ativamente na construção de uma narrativa que busca deslegitimar opositores e promover uma visão de mundo conservadora.

O nacionalismo bolsonarista é uma resposta reativa às transformações culturais, com foco específico na incidência do humanismo liberal sobre a sociedade brasileira. A afirmação soberanista de Bolsonaro não busca contestar ingerências econômicas ou políticas diretas de outros países ou instituições, mas sim combater o que é visto como uma imposição "cultural" da modernidade liberal (NUNES, 2022).

A promoção de direitos de gênero, diversidade sexual e a defesa dos direitos humanos passam a ser encaradas como ameaças aos valores da "família" e da "moralidade" nacional. Nesse contexto, o discurso nacionalista bolsonarista adota uma retórica de "guerra cultural", onde o inimigo é a cultura progressista internacional, frequentemente associada ao liberalismo. A narrativa reforça a exclusão, priorizando o bem-estar dos cidadãos brasileiros sobre os direitos de grupos migrantes, ao mesmo tempo em que utiliza o racismo como

ferramenta para consolidar um ideal de identidade nacional homogênea e "protegida" das influências externas (JUNQUEIRA, 2018).

A questão da segurança nacional, frequentemente considerada um pilar fundamental da soberania e da integridade de um Estado, suscita debates intensos acerca da primazia dos direitos individuais. Nunes apresenta que a extrema direita tende a enfatizar a identidade nacional, a soberania nacional e a preservação da cultura e dos valores tradicionais (NUNES, 2022). Contudo, essa prerrogativa deve ser exercida com cautela e rigor, a fim de evitar abusos que comprometam as liberdades fundamentais. É imperativo que haja um equilíbrio entre a necessidade de garantir a segurança nacional e o respeito às garantias individuais, assegurando que qualquer supressão seja devidamente justificada, proporcional e sujeita a um controle legal, a fim de preservar a democracia e os direitos humanos.

Assim, a construção da narrativa sobre a soberania e nacionalismo foi calcada pelo apoio da população e outros, como à bancada evangélica, que tem uma forte presença na política brasileira. Kalil (2020), apresenta a repolitização conservadora do campo religioso cristão no Brasil, que tem sido impulsionada por uma série de fatores, incluindo a ascensão do neopentecostalismo, a politização da religião e a influência de líderes religiosos conservadores no cenário político.

Com a ascensão de figuras religiosas em cargos públicos, tem-se fortalecido uma agenda conservadora que não apenas promove princípios tradicionais, mas também define um “outro” a ser combatido, no qual o migrante ocupa um papel central. Esse processo é sustentado pelo conceito de securitização, que transforma a presença de imigrantes em uma questão de segurança nacional, justificada pela necessidade de proteger o país contra influências culturais e sociais consideradas potencialmente disruptivas.

O interesse por trás dessa estratégia é manter o controle sobre a narrativa identitária e moral da nação, reforçando a soberania nacional e a homogeneidade cultural, o que garante tanto apoio político quanto a preservação de valores alinhados às doutrinas religiosas desses líderes (KALIL, 2020). Dessa forma, essa articulação entre a religião e política esteve contribuindo para uma retórica de exclusão e proteção, promovendo políticas restritivas e posicionando a imigração como uma questão de ameaça à ordem estabelecida.

Considera-se que o bolsonarismo é responsável por essa fusão de vários elementos em torno do conceito de "cidadão de bem" seria, em grande medida, aquele que apoia suas políticas contra o que ele descreve como "ameaças ideológicas" — que incluiriam movimentos progressistas, ambientalistas, e defensores de direitos humanos que ele vê como contrários aos valores conservadores e patrióticos. Como resultado, a extrema direita

brasileira é fortemente influenciada pelo conservadorismo social, fazendo um papel importante na construção ideológica brasileira no governo Bolsonaro (NUNES, 2022).

As manifestações e retóricas fundamentadas em princípios autoritários, fascistas, racistas e xenófobos, frequentemente entrelaçadas a um nacionalismo exacerbado, têm o potencial de suscitar um fervoroso sentimento patriótico em segmentos da população brasileira. Este fenômeno se revela na reconfiguração da extrema-direita no Brasil, que, ao amalgamar fundamentalistas religiosos, conservadores e liberais, busca estabelecer uma ideologia coesa em meio à crise econômica, política e democrática que assola o país.

Tal dinâmica não apenas reflete a insatisfação generalizada com as instituições tradicionais, mas também evidencia a fragilidade do tecido social, que se torna vulnerável a discursos polarizadores e excludentes. Nesse cenário fragilizado que o país se encontrava, a extrema direita constroi uma base forte o suficiente para alavancar esses discursos neoconservador e xenófobos contra os imigrantes ao colocá-los como inimigos.

Este espectro político tende a valorizar os valores tradicionais como pilares indispensáveis para a manutenção da ordem social e da moralidade pública. Fazendo uso de argumentos que indicam que a entrada de indivíduos estrangeiros possa ameaçar a homogeneidade cultural e os interesses nacionais.

Tal perspectiva, que se articula em torno da defesa da nação contra influências externas, resistindo a mudanças que possam ser vistas como prejudiciais ao tecido social estabelecido. Assim, a manutenção da soberania nacional e a limitação da influência estrangeira são apresentadas como primordiais para a continuidade e estabilidade da sociedade.

3. Retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular

Nesta seção, e à luz do cenário discutido anteriormente, realizamos uma análise política da decisão do governo Jair Bolsonaro de retirar o Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. Focamos nas falas, manifestações e pronunciamentos públicos do ex-presidente e de seus apoiadores, buscando entender as justificativas apresentadas para essa saída. Essa abordagem nos permitirá compreender as construções discursivas que fundamentam essa decisão, bem como as implicações sociais e políticas emergentes desse processo.

Os elementos presentes nas discursividades desses atores na política brasileira giram em torno da exclusão de certos grupos, propagam o ódio, disseminam a desinformação, o que acaba gerando uma intensa polarização na política. Um dos meios pelos quais a

administração de Bolsonaro propagou sua visão neoconservadora foi pela influência da Frente Parlamentar Evangélica na política brasileira, especialmente sob o governo de Jair Bolsonaro, que tem sido apoiado por muitos membros da Frente (DUARTE, 2020).

Diante disso, esses atores políticos fazem uso de instrumentos eficazes na construção das narrativas presentes na política de extrema direita, usando como alicerce para construir sua política e sua base de apoiadores, este fenômeno é reflexo de um contexto em que as relações sociais e políticas se desgastam, tornando-se um terreno fértil para a desagregação e a antagonização de grupos sociais.

A política externa da administração de Bolsonaro, representou uma ruptura significativa em relação às abordagens anteriores, caracterizada por um forte nacionalismo e uma busca por alinhamentos ideológicos com países que compartilham visões conservadoras. O afastamento do Brasil de fóruns multilaterais, como o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, não é um fenômeno isolado, mas parte de uma prática mais ampla que se estende a diversas áreas, incluindo direitos humanos e meio ambiente.

Essa estratégia de isolamento tem implicações profundas para a imagem do Brasil no cenário internacional. Ao se distanciar de compromissos que promovem a proteção dos direitos humanos, o país não apenas compromete sua credibilidade, mas também coloca em risco a segurança e o bem-estar de grupos vulneráveis, como imigrantes e refugiados. A responsabilidade do Brasil como um ator global é inegável e a adoção de uma postura isolacionista poderia resultar em consequências duradouras.

Com a chegada ao poder, Jair Bolsonaro e o novo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, retiraram o Brasil do debate multilateral sobre imigração. Desde a assinatura do Tratado de Cartagena (1984), o Brasil era um ator relevante na discussão internacional sobre refugiados e seus direitos. Esse compromisso do Brasil com as normas internacionais de proteção aos refugiados já havia sido reforçado pela promulgação da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que internalizou esse arcabouço de normas no ordenamento jurídico brasileiro (BRASIL, s.d.). Esse movimento inaugurou novos princípios na inserção internacional do país, agora centrados em ideias nacionalistas e conservadoras, com backlashes contra o regime de proteção dos migrantes. Durante a administração Bolsonaro (2019-2022), o Brasil permaneceu fora do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (OIM). O governo justificou a saída alegando que cada nação deve tratar a imigração como um problema próprio, refutando gerenciamentos coletivos por meio de acordos internacionais.

Faltando um pouco mais de um mês para a posse do então eleito Jair Bolsonaro, o futuro chanceler, Ernesto Araújo, considerou o pacto um "instrumento inadequado para lidar com o problema" e afirmou que questões migratórias não devem ser tratadas como globais, mas sim "de acordo com a realidade e soberania de cada país" (ARAÚJO apud UOL, 2018). Essa posição reflete uma ideologia nacionalista que permeia a administração Bolsonaro, enfatizando a autonomia do Brasil em relação a compromissos internacionais. O então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em 2018, ao ver essa declaração, respondeu que é falso afirmar que o pacto mencionado interfere na soberania dos Estados, destacando que essa ideia é uma repetição de uma falácia promovida por grupos de extrema direita que têm uma postura xenófoba.

A retórica de Araújo, ao afirmar que o país “buscará um marco regulatório compatível com a realidade nacional” e que o Brasil continuará a acolher “os venezuelanos que fogem do regime Maduro” (CSEM, 2019), também revela uma tentativa de conciliar a ideologia nacionalista com a necessidade de manter uma imagem de acolhimento, evidenciando a complexidade das tensões ideológicas que moldaram a política migratória do governo.

Isso mostra que mais uma vez o governo de Bolsonaro já estava construindo uma visão totalmente oposta do que o Brasil apresentava no cenário internacional, dando caráter xenófobo. Em outro momento, Jair Messias critica o tema de imigração com muito afinco, dizendo que “ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa”, quando discutia sobre a lei de imigração imposta em 2017 (RODRIGUES, 2019).

Ao comentar a saída do Pacto Global, em um post na rede social, Bolsonaro afirmou que

Jamais recusaremos ajuda aos que precisam, mas a imigração não pode ser indiscriminada. É necessário critérios, buscando a melhor solução de acordo com a realidade de cada país. Se controlamos quem deixamos entrar em nossas casas, por que faríamos diferente com o nosso Brasil? (BOLSONARO, 2019)

Ao complementar em outro post em resposta a essa fala, Bolsonaro continua dizendo que a defesa da soberania nacional foi uma das bandeiras da sua campanha e será uma prioridade do seu governo. Segundo ele, os brasileiros e os imigrantes que aqui vivem estariam mais seguros com as regras que a nação definir por conta própria, sem pressão do exterior (BOLSONARO, 2019).

Essa afirmação ressoa de maneira significativa no contexto do Pacto para Migração Segura, Ordenada e Regular, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2018. Embora o pacto busque promover a cooperação internacional no gerenciamento de fluxos migratórios de forma segura e humana, respeitando os direitos dos migrantes, ele enfatiza também a

autonomia dos Estados. Esse modelo propõe que cada nação tenha a flexibilidade de implementar políticas migratórias que se alinhem com suas realidades e capacidades. Assim, mesmo sendo um documento não vinculativo, o pacto reitera o direito soberano dos Estados de determinar quem entra e permanece em seu território, alinhando-se, portanto, à visão de Bolsonaro sobre a soberania nacional e a segurança das populações (OIM, 2024).

O primeiro objetivo dessa aliança é a coleta e a utilização de dados precisos, essenciais para fundamentar políticas migratórias que reflitam a realidade dos fluxos migratórios. Ao permitir que os Estados elaborem abordagens informadas, essa diretriz se torna um pilar crucial para a gestão efetiva da migração.

Uma ênfase importante do pacto é a mitigação dos fatores que propiciam a migração forçada, promovendo melhorias nas condições socioeconômicas e de segurança nos países de origem. Nesse contexto, o documento também sublinha a necessidade de proporcionar informações claras aos migrantes sobre seus direitos e obrigações ao longo de todas as etapas do processo migratório. A regularização da documentação migratória é destacada como fundamental para garantir a mobilidade sem riscos (ONU, 2018).

Além disso, o pacto se volta para a ampliação de rotas migratórias legais e seguras, oferecendo alternativas à migração irregular, que frequentemente expõe os indivíduos ao tráfico de pessoas e ao contrabando. O enfrentamento dessas práticas é uma prioridade, assegurando a proteção dos migrantes e a responsabilização criminal dos autores dessas atividades. Em sinergia com isso, a eliminação da discriminação e a promoção de um discurso público baseado em fatos são instrumentos-chave para fortalecer a coesão social e mitigar a xenofobia.

A cooperação internacional desempenha um papel central no pacto, especialmente nas operações de busca e resgate de migrantes em situações de perigo, assim como na gestão segura das fronteiras. O compromisso com processos de imigração previsíveis e justos, que favoreçam o respeito aos direitos humanos, é igualmente evidente. Nesse sentido, a detenção de migrantes deve ser uma medida de último recurso, sendo preferíveis abordagens que respeitem a dignidade dos indivíduos.

Outro aspecto vital refere-se à proteção dos migrantes em situações vulneráveis, como crianças desacompanhadas e vítimas de tráfico. O acesso irrestrito a serviços básicos, como saúde e educação, é considerado essencial para a inclusão dos migrantes nas comunidades receptoras, refletindo uma visão de capacitação tanto dos migrantes quanto das sociedades que os acolhem.

No âmbito laboral, o pacto propõe a erradicação da exploração de migrantes e a promoção de condições de trabalho justas e seguras. A facilitação de remessas e o retorno voluntário dos migrantes são medidas que visam garantir o bem-estar dos indivíduos e de suas famílias nos países de origem. Além disso, a abordagem ao reconhecimento das qualificações e competências dos migrantes ressalta a importância de sua plena participação nas economias locais.

Em suma, esses vinte três objetivos do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular visa estabelecer um tratamento respeitoso e inclusivo dos migrantes, promovendo seus direitos humanos e contribuindo para a coesão social tanto nos países de origem quanto nos de destino. Através de um compromisso coletivo e da cooperação internacional, onde espera-se construir um futuro onde a migração possa ser uma fonte de oportunidades, e não de vulnerabilidades.

Apesar disso, o governo Bolsonaro considerou que o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular limitava a soberania nacional, argumentando que suas diretrizes poderiam impor obrigações que não estivessem alinhadas com a política migratória brasileira. Essa decisão foi interpretada como um movimento político em defesa da soberania e dos interesses nacionais, refletindo uma ideologia que prioriza a proteção da identidade cultural e a segurança interna, ao mesmo tempo em que busca evitar a entrada descontrolada de migrantes. A retórica do governo enfatizou a necessidade de um controle mais rigoroso sobre as fronteiras e a imigração, sustentando que essa abordagem atenderia melhor às necessidades do país e protegeria a população brasileira de potenciais ameaças associadas à imigração desregulada.

O então presidente, Jair Messias Bolsonaro já tinha mostrado seu descontentamento com o pacto, expressado na rede social X (antigo Twitter), onde coloca

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem por ventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras, e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra e nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros (Bolsonaro apud Conectas Org, 2019)

A ONU já havia enfatizado a autonomia dos países signatários, destacando que o pacto não interfere na soberania nacional, mas foca, sobretudo, na proteção dos direitos humanos de migrantes e refugiados. A abordagem do pacto é mais orientada para promover discussões sobre os direitos e dignidade dessas populações do que para estabelecer imposições sobre a soberania de uma nação.

Essa exclusão não se limita apenas à negação de direitos, mas estende-se à construção de um imaginário coletivo que marginaliza e silencia essas vozes. Ao menosprezá-las, os atores políticos não apenas consolidaram sua base de apoio, mas criaram uma atmosfera de divisão e rancor, onde o "outro" se tornou um inimigo.

Simultaneamente, a promoção do ódio se destacou nas interações políticas, tornando-se uma ferramenta central na estratégia de mobilização do governo Bolsonaro. O discurso de ódio é frequentemente empregado como meio de mobilizar e entusiasmar apoiadores, contribuindo para uma dinâmica de confronto entre grupos antipáticos e extremistas. Essa circunstância foi intensificada pelo uso das mídias sociais, que, ao invés de fomentar o diálogo, frequentemente se transformam em arenas para ataques violentos e desqualificações.

Nesse contexto, as plataformas digitais não apenas amplificam as vozes da extrema direita, mas também facilitam a disseminação de narrativas que deslegitimam opositores e marginalizam grupos sociais considerados "outros". Para o autor Rodrigo Nunes, a polarização digital e a utilização de plataformas digitais pela extrema direita estão intimamente ligadas à construção ideológica do conservadorismo social sob a direção de Bolsonaro, refletindo uma intersecção com outras facetas do bolsonarismo, como militarismo, anticomunismo, anti-intelectualismo e discurso anticorrupção (NUNES, 2022). Essa combinação de elementos não apenas fortalece a base de apoio do governo, mas também criou um ambiente político hostil, onde a desinformação e a retórica agressiva se tornam normativas.

Assim, a promoção do ódio e a polarização não são meros subprodutos da política contemporânea, mas sim estratégias deliberadas que visam consolidar o poder e desestabilizar a oposição, refletindo uma transformação profunda nas relações sociais e políticas no Brasil. Essa estratégia de polarização e o uso eficaz das redes sociais permitiram que ele contornasse a mídia tradicional, comunicando-se diretamente com seus eleitores e consolidando uma base fiel, que o vê como defensor de valores conservadores e de uma suposta proteção da família brasileira e da soberania nacional.

Frequentemente, essa retórica alimenta um ciclo vicioso, onde a agressividade provoca respostas iguais, perpetuando uma corrente de ódio que culmina em atos concretos, frequentemente violentos. A distorção da informação, motivada por motivações políticas ou econômicas, não só deturpa a realidade, como também enfraquece a capacidade de análise do indivíduo, tornando-o mais vulnerável a narrativas simplistas e fragmentadas.

Há um claro paralelismo entre as estratégias de Jair Bolsonaro e Donald Trump em relação ao tratamento dos migrantes, ambas marcadas por discursos xenofóbicos e excludentes. Assim como Trump, Bolsonaro frequentemente utilizou a imigração como um bode expiatório, culpando imigrantes por problemas internos e criando a percepção de que eles representavam uma ameaça à segurança nacional e à soberania do Brasil.

Durante sua campanha e governo, Trump construiu sua base de apoio culpando os migrantes pelos "males da sociedade americana", promovendo uma agenda fortemente restritiva contra imigrantes, como a construção do muro na fronteira com o México. De forma semelhante, Bolsonaro articulou um discurso de medo e insegurança ao tratar da imigração, particularmente em relação aos venezuelanos e outros grupos de refugiados, mesmo diante do compromisso do Brasil com tratados internacionais que defendem os direitos humanos.

Ao enfatizar a soberania nacional e retratar os migrantes como ameaças econômicas e sociais, ele replicou a estratégia de Trump, que capitalizou o medo e o preconceito para consolidar apoio entre setores mais conservadores e nacionalistas. Ambos os líderes utilizaram a mídia e suas plataformas pessoais para reforçar essas narrativas simplificadas, transformando a imigração em um tema polarizador, com o objetivo de fortalecer sua base política em torno de um discurso de "nós contra eles".

A divisão do debate político em campos antagônicos impede a formação de um diálogo construtivo e responsável cívico. Os coletivos estão se tornando progressivamente mais intolerantes a pontos de vista diferentes, fomentando um ambiente onde a discussão construtiva cede lugar à hostilidade. A consequência é uma estagnação política que impede progressos significativos em temas vitais para a nação. A forma que o novo governo se propõe diante da implementação do Pacto, mostra seu pensamento mais conservador sobre a discussão e implementação da temática no cenário brasileiro.

Na minha perspectiva, a postura do ex-presidente Bolsonaro em relação aos compromissos internacionais, incluindo o Pacto Global, frequentemente parecia ignorar as diretrizes estabelecidas para a proteção dos direitos dos migrantes e refugiados. Essa tendência à deslegitimação das normas em nome de uma suposta defesa da nação não apenas comprometeu a imagem do Brasil no cenário internacional, mas também perpetuou um ambiente xenofóbico e de exclusão. A forma como o governo se posicionou diante da implementação do pacto revela um pensamento conservador que não se alinha com os princípios de direitos humanos. Essa abordagem não só prejudica os migrantes, mas também enfraquece a coesão social e a capacidade do Brasil de atuar como um líder regional em questões de direitos humanos.

Embora o governo tenha se distanciado do pacto, algumas iniciativas, como a Operação Acolhida, que visava organizar o fluxo de refugiados venezuelanos, continuaram, o trabalho de acolhimento. No entanto, medidas como a Portaria 666, que acelerava a deportação de estrangeiros suspeitos de crimes, e a retórica de setores da mídia alimentaram atitudes xenofóbicas, resultando em protestos contra a presença de imigrantes, especialmente em estados como Roraima.

Essa adoção por parte da administração de Bolsonaro por certas posturas em relação à imigração, iam contra um dos principais objetivos do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, onde estabeleceu a “eliminar todas as formas de discriminação e promover um discurso público baseado em evidências para moldar percepções de migração”. As declarações e políticas do governo, em vez de se basearem em dados concretos e promoverem uma visão inclusiva, frequentemente reforçam discursos xenofóbicos que contrariam os princípios de igualdade e não discriminação defendidos no pacto (ONU, 2018).

Além dessa violação ao pacto, o então presidente eleito Jair Bolsonaro cometeu outras, aos olhos das entidades internas e internacionais, como discriminação, xenofobia e distribuição de desinformação. De acordo com as vinte e três regras do pacto, que o então presidente Michel Temer assinou, o Brasil vinha construindo um histórico progressista em imigração e refúgio.

De acordo com a ONU (2018), o objetivo primordial do Pacto Global é assegurar o respeito, a proteção e a realização efetiva dos direitos humanos de todos os migrantes, independentemente de seu status migratório, em todas as etapas do ciclo migratório. Na verdade, a função do pacto era criar um espaço em que os países compartilhem informações e troquem experiências relacionadas às políticas nacionais migratórias, para que pudessem criar normas e avaliar melhor a questão migratória. A retórica da política brasileira, intensificada desde o fim do governo de Dilma Rousseff, resultou em uma nova identidade ultranacionalista do território brasileiro (JORNAL USP, 2020).

Além disso, a administração Bolsonaro manifestou frequentemente suas preocupações em relação à imigração, associando-a a tópicos de segurança e integração social, e alegando que o pacto poderia fomentar a entrada descontrolada de migrantes. Outro fator relevante na decisão foi a ideologia política do governo, marcada por um forte nacionalismo, que influenciou a escolha de se afastar do pacto e alimentou uma narrativa focada na defesa de valores tradicionais e na preservação da identidade nacional.

A priorização de políticas internas, em detrimento de compromissos internacionais, foi amplamente utilizada, sob a premissa de que essa abordagem atenderia melhor às

necessidades do país. Por fim, a rejeição a "imposições externas" tornou-se um argumento central na decisão, alinhando-se à resistência a influências de organismos internacionais (CASARÕES;FLEMES,2019).

Em suma, a decisão do governo Bolsonaro de retirar o Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular pode ser analisada sob diversas perspectivas. Primeiramente, a questão da soberania nacional que se destacou como um dos principais argumentos utilizados pelo governo, que afirmou que o Pacto comprometeria a autonomia do Brasil, ao sugerir que o documento poderia impor obrigações em desacordo com a política migratória do país.

O crescente nacionalismo e a retórica anti-imigração contribuíram para uma abordagem mais excludente e xenofóbica, comprometendo os compromissos assumidos no pacto. Esse cenário ressaltou a importância de examinar como as políticas migratórias e a identidade nacional se entrelaçaram e de que forma essa nova identidade brasileira afetou a percepção e o tratamento dos imigrantes no país. Ao explorar essas dinâmicas, torna-se possível entender as implicações profundas que o governo Bolsonaro teve sobre a coesão social e a imagem do Brasil no contexto internacional.

4. A construção de uma nova identidade nacional brasileira.

É imperativo, ao analisar a reconstrução da identidade nacional brasileira através de uma política de securitização, que se reconheça a utilização de estratégias que visam não apenas exaltar o governo de extrema direita, mas também promover a exclusão e marginalização de determinados grupos sociais. Nesse contexto, é evidente que o governo, sob a liderança de Jair Bolsonaro, valeu-se da construção de uma narrativa que busca vilanizar setores da população que desafiam essa nova ordem social, promovendo como visto a criação de uma polarização quase maniqueísta entre "nós" e "eles".

Ao retomar a discussão de Buzan (1998), podemos adicionar um ponto que o autor já tinha determinado, que a securitização é um processo onde questões são elevadas a ameaças existenciais para justificar medidas excepcionais. No caso de Bolsonaro, a imigração foi construída como uma ameaça não só econômica, mas cultural, implicando que a presença de imigrantes poderia "diluir" ou "alterar" a identidade nacional. A narrativa nacionalista transforma a imigração em uma questão de segurança, em que o governo precisa intervir para manter a "pureza" e a integridade do Brasil.

A decisão do governo Bolsonaro de retirar o Brasil do Pacto, reflete uma estratégia política que transcende a política migratória, alavancando o conceito de segurança nacional

para a construção de coalizões conservadoras por meio desse nacionalismo performativo, fundamentado na teoria de securitização de Barry Buzan. Segundo Buzan, a securitização pode ser mobilizada para justificar medidas extraordinárias, e, com base nesse estudo, sugere-se que foi precisamente essa dinâmica que o governo Bolsonaro mobilizou: ao retratar a imigração como uma ameaça à soberania e identidade brasileira, construiu-se uma narrativa de proteção nacional que legitimou o afastamento de compromissos globais e consolidou uma base política doméstica que valoriza a homogeneidade cultural.

Autores como NUNES (2022) já vinham discutindo que desigualdade econômica, polarização política, perda de confiança na democracia e mudanças culturais e sociais são algumas das causas de sua expansão da extrema direita, no Brasil e no mundo. Essa abordagem retórica e política se alicerça na ideia de uma família tradicional brasileira que, segundo as propagandas do governo, deve ser o único grupo a receber os benefícios advindos dessa ideologia securizante.

A construção dessa nova política se dá por meio da narrativa que posiciona a família heteronormativa como um bastião de valores preservacionistas, levando à exclusão e à estigmatização de outras configurações familiares e identidades que fogem a esse padrão imposto. Nesse sentido, a ostentação da ideia de uma "família brasileira", que se tornou um símbolo de moralidade e patriotismo, acabando por legitimar práticas de discriminação e violência contra aqueles que não se encaixam nesse ideal.

O governo bolsonarista, portanto, não apenas reconstruiu uma identidade nacional com contornos excludentes e restritivos, mas também visou consolidar um regime que perpetua a desigualdade e a intolerância sob o pretexto de segurança e proteção da família. Com apoio da classe média alta e financiamento de setores como o agronegócio, os evangélicos conservadores utilizaram sua influência religiosa para sustentar políticas públicas que reforçam hierarquias de gênero e sexualidade, justificando a discriminação contra mulheres e pessoas LGBTQ+ como uma defesa dos 'valores familiares'. Ao defender uma "moralidade" rígida, esses grupos ajudaram a legitimar a exclusão de outros, desse modo, o governo Bolsonaro beneficiou-se da manutenção das hierarquias, que estruturam o poder de forma que a desigualdade social seja perpetuada sob a justificativa de segurança. A retórica de proteção à família e à segurança permitiu ao governo fortalecer estruturas que oprimem minorias raciais, mulheres e populações de baixa renda, justificando essa repressão como uma defesa contra "ameaças" ao modo de vida brasileiro. Essa narrativa criou um cenário onde a desigualdade e a intolerância são normalizadas e, de certa forma, institucionalizadas, ao serem associadas a "valores" e "tradições" nacionais (JUNQUEIRA, 2018).

Para o governo Bolsonaro, a saída do Pacto de Migração teve um significado simbólico profundo. Representava um rompimento com compromissos de governança global em prol de uma autonomia nacionalista, enfatizando que as decisões sobre imigração estariam livres de pressões ou diretrizes externas. Esse rompimento reforçava o argumento de que o governo estaria "defendendo o Brasil" contra políticas externas que poderiam comprometer a identidade nacional. A performance da saída do Pacto serviu, então, como um ato de resistência ao "globalismo" e de reafirmação de um nacionalismo conservador.

Diante dessa conjuntura, várias entidades, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e instituições de direitos humanos, reagiram à retirada do Brasil do Pacto Global de Migração. Até então, o Brasil vinha construindo um legado progressista no campo dos direitos humanos e na preservação dos direitos dos imigrantes e refugiados. Essa decisão de Bolsonaro foi criticada como uma manobra política que prejudica o desenvolvimento de políticas públicas com enfoque migratório. Ao se retirar do pacto, o Brasil perde uma importante oportunidade de atuar como um dos protagonistas nas discussões sobre imigração, tanto no contexto da América Latina quanto no cenário global.

Apesar disso, a saída do Pacto teve pouco impacto direto nas políticas migratórias. O Brasil continuou a lidar com questões migratórias por meio de suas próprias legislações e instituições, e a saída não impediu o fluxo de imigrantes, especialmente aqueles vindos da Venezuela devido à crise no país. O ato foi, portanto, mais retórico do que prático, com o principal objetivo de alimentar uma percepção de soberania e controle sem efetivamente modificar as condições reais de acolhimento e tratamento dos migrantes.

Alguns meses após a saída do Pacto, Bolsonaro fez uma declaração sobre os imigrantes brasileiros que vivem nos Estados Unidos, disseminando uma série de mentiras. Em sua entrevista à TV Fox News o presidente disse que a grande maioria dos imigrantes em potencial não tem boas intenções nem quer fazer bem ao povo americano. Bolsonaro manifestou o desejo de que os EUA mantivessem políticas de imigração mais rigorosas, atribuindo parte da estabilidade democrática na América do Sul à influência dos Estados Unidos. No mesmo sentido, seu filho, Eduardo Bolsonaro, no dia anterior a fala de Bolsonaro gerou controvérsia ao dizer que brasileiros em situação irregular no exterior eram um "problema" e uma "vergonha" para o Brasil, o que resultou em críticas (FELLET, 2019).

A situação exposta revela o desinteresse do presidente em relação à proteção dos brasileiros no exterior. O pacto em questão não apenas visava a salvaguarda dos imigrantes e refugiados, mas também estabelecia diretrizes para a proteção daqueles que buscam

oportunidades fora da jurisdição brasileira. Tal atitude reflete uma postura alarmante frente às responsabilidades do Estado na defesa dos direitos de seus cidadãos em âmbito global.

Das entidades nacionais de proteção aos direitos humanos, a diretora do Instituto Migração e Direitos Humanos (IMDH), irmã Rosita Milesi expressou que o Brasil mantivesse sua participação no Pacto Global para Migração, destacando a importância desse compromisso em promover solidariedade e apoio às medidas voltadas para uma migração ordenada e segura. Ela ressalta que, historicamente, o Brasil se mostrou aberto a colaborações internacionais em favor dos migrantes e que a permanência no pacto seria um testemunho desse engajamento. Ela argumenta que garantir os direitos tanto de imigrantes quanto de emigrantes é fundamental para respeitar o direito à vida e à sobrevivência, ressaltando que a diversidade e a história migratória do Brasil devem ser motivo de orgulho e uma base para a defesa de um tratamento digno a todos os que se deslocam em busca de melhores condições de vida (JORDÃO, 2019).

O Observatório do Amanhã alertou que, caso não fosse revertida, a saída do pacto romperia abruptamente com as tradições diplomáticas do Brasil, reconhecidas internacionalmente desde os tempos de Rui Barbosa, que incluem uma atuação ativa em acordos multilaterais. Essa retirada poderia prejudicar a imagem e o papel do país no cenário global (FAERSTEIN;TRAJMAN, 2023). Autores como Folly (2019) destacam o protagonismo histórico do Brasil em debates multilaterais sobre Direitos Humanos, sugerindo que o país corria o risco de se tornar coadjuvante em discussões sobre temas considerados urgentes pela comunidade internacional.

A justificativa da saída do Brasil do Pacto para as entidades internacionais não foi amplamente aceita, gerando ressalvas e críticas específicas em relação a órgãos como a ONU. No entanto, embora tivesse havido contestações, as instâncias da ONU reafirmaram o respeito à soberania brasileira e à sua decisão soberana, evitando pronunciamentos exagerados ou reações alarmantes. A postura adotada reflete um reconhecimento da autonomia do Estado brasileiro em sua política externa (ONU, 2019).

Segundo a Folha de S. Paulo (2019), o professor James Green, do departamento de história da Universidade Brown, manifestou sua preocupação em relação à decisão do governo Bolsonaro de tirar o Brasil do Pacto Global de Migração. Ele destacou que essa ação revertia 150 anos de política migratória progressista do país e sinalizou uma falta de interesse em ser uma referência internacional em temas como imigração.

Green enfatizou a vulnerabilidade dos brasileiros que vivem no exterior, alertando que a postura do governo poderia abrir espaço para que outros países, que não adotaram o pacto,

tratassem os brasileiros de maneira desfavorável. Ele comparou a abordagem de Bolsonaro à de Donald Trump, sugerindo que o presidente brasileiro estava seguindo um exemplo negativo e utilizando uma retórica demagógica.

Ainda de acordo com a Folha de S.Paulo (2019), Camila Asano, coordenadora de programas da Conectas Direitos Humanos, também criticou a decisão do governo, afirmando que ela refletia uma visão antiquada que considera o migrante como uma ameaça à soberania nacional. Asano ressaltou que essa postura ignora o impacto significativo que a saída do pacto teria sobre os brasileiros que vivem no exterior, uma vez que no momento havia mais brasileiros fora do país do que estrangeiros vivendo no Brasil. Ela argumentou que o Brasil estava minando sua imagem como referência em políticas migratórias e que essa decisão contradiz recomendações do Grupo de Lima, do qual o país faz parte.

Além disso, um grupo de entidades da sociedade civil e do meio acadêmico, incluindo organizações como o Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante e o Instituto de Culturas e Justiça da América Latina e do Caribe, manifestou profunda preocupação com a saída do Brasil do pacto. Em uma carta aberta, afirmaram que a decisão não condizia com o histórico de atuação do Brasil em nível internacional e defenderam que o país deveria reconhecer a migração como um fenômeno global crescente, promovendo ações que fortaleceram o direito de migrar, amplamente reconhecido internacionalmente (MIGRAMUNDO, 2019).

O grupo em questão expressou sérias inquietações a respeito da retirada de pactos internacionais e das medidas que visam o fechamento de fronteiras. Essas ações, segundo os manifestantes, poderiam levar a retrocessos significativos nos direitos que já foram conquistados ao longo das últimas décadas, afetando não apenas os brasileiros que residem no exterior, mas também os imigrantes que encontraram no Brasil um novo lar.

A discussão em torno dessas questões é de extrema relevância, uma vez que os direitos humanos e a dignidade das pessoas não devem ser negligenciados em favor de políticas isolacionistas. A retirada de acordos garantem a proteção e a facilitação na mobilidade internacional poderia dificultar, por exemplo, a entrada e a permanência de brasileiros em outros países, gerando uma realidade hostil para aqueles que buscam oportunidades fora de suas terras natais.

O século XXI tem representado um grande desafio para a gestão das migrações no Brasil, que é um importante destino para migrações entre países do Sul. Ao mesmo tempo, o país enfrenta o crescimento da extrema direita e discursos xenofóbicos contra imigrantes. Curiosamente, os estados brasileiros que receberam mais imigrantes europeus na transição do século XIX para o XX, migrações que são celebradas até hoje, são os mesmos que mais

apoiam discursos de ódio contra imigrantes, manifestados de maneira direta e violenta pelo bolsonarismo (BRASIL DE FATO, 2024).

A postura crítica de Bolsonaro em relação à presença de imigrantes no Brasil é uma constante em sua carreira política. Em 2015, ele fez declarações infelizes sobre imigrantes africanos e, posteriormente, defendeu a revogação da Lei de Imigração de 2017, que substituiu o desatualizado Estatuto do Estrangeiro, instituído durante a ditadura militar. A legislação de 2017 representou um avanço no reconhecimento dos direitos dos imigrantes, estabelecendo normas claras para a entrada e permanência no país e servindo como um modelo no contexto internacional em relação à proteção dos direitos dos migrantes (AZEVEDO, 2015).

A postura do Brasil frente aos atores e entidades internacionais, especialmente durante o governo de Donald Trump, indicou um processo de isolamento crescente do país no cenário global. Essa tendência gerou diversas controvérsias, exemplificadas pela retirada do Brasil de tratados internacionais, além das declarações proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro sobre a disposição do país em oferecer ajuda humanitária.

Contudo, surgem questionamentos pertinentes sobre a capacidade do governo em determinar quais populações seriam dignas de receber essa assistência, uma vez que tal decisão implica um julgamento moral e ético complexo. Paralelamente, observou-se que, sob a influência de ideologias semelhantes, vários países, principalmente na Europa, também assistiram à ascensão de partidos de extrema direita, promovendo uma mudança significativa em suas políticas internas e externas.

Dessa forma, a trajetória política de Jair Bolsonaro revela-se intrinsecamente ligada ao fortalecimento de sua base no polo da extrema direita, um fenômeno que culminou com a chegada de Javier Milei ao poder na Argentina em 2023. A presença de Bolsonaro na cerimônia de posse de Milei, mesmo após o término de seu próprio governo em 2022, ilustra não apenas uma solidariedade ideológica, mas também um alinhamento estratégico entre líderes que compartilham visões conservadoras e uma forte aversão a políticas progressistas.

O contexto argentino, marcado por uma instável mudança em seu status quo político e uma crise econômica profunda, proporcionou um ambiente propício para a ascensão de Milei, cuja plataforma política é fortemente inspirada nas estratégias e retóricas de Donald Trump e Bolsonaro – figuras que, segundo Milei, ele considera amigos e aliados na luta contra o que denomina de "socialismo" (BRASIL DE FATO, 2024).

Assim, a relação simbiótica entre esses líderes não apenas reforça a rede de apoio à direita na América Latina, mas também evidencia a interconexão das crises políticas e

econômicas que permeiam a região. E como esse movimento extremista tem permeado o sistema internacional fazendo com que haja um retrocesso nas discussões multipolares, havendo um distanciamento de países dessa nova direita nos debates internacionais.

A saída do Brasil do Pacto Global de Migração, embora simbolicamente poderosa, não trouxe mudanças concretas para as políticas nacionais de acolhimento de refugiados e imigrantes, que continuaram ativas. Politicamente, essa decisão serviu como uma performance estratégica de Bolsonaro, usada para construir uma identidade ultraconservadora e enviar uma mensagem de resistência aos valores globais. Ao instrumentalizar o debate migratório, o governo buscava formar coalizões com setores conservadores e transmitir uma postura rígida em relação à imigração, reforçando uma ideia de nacionalismo que preserva hierarquias sociais e limita a influência de visões mais inclusivas.

Portanto, podemos observar que o governo Bolsonaro politicamente manejou a ideia de soberania e nacionalismo como ferramentas para avançar agendas políticas que iam além da mera proteção das fronteiras e da independência nacional. A retórica de defesa da soberania foi amplamente utilizada para justificar o distanciamento de acordos internacionais, como o Pacto Global de Migração, apresentando tais decisões como formas de proteger a "identidade brasileira" e evitar influências externas. No entanto, essa mobilização do nacionalismo funcionou como uma estratégia para fortalecer uma identidade ultraconservadora, promovendo a ideia de que o Brasil deveria ser "blindado" contra valores globais que não se alinhavam com os interesses de grupos específicos apoiadores do governo, como setores empresariais e religiosos.

5. Conclusão

A decisão do governo Bolsonaro de retirar o Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular reflete uma mudança significativa na abordagem do país em relação à migração e à construção da identidade nacional. A nova direita brasileira, ao enfatizar discursos sobre soberania nacional, contribuiu para a formulação de uma narrativa que prioriza a proteção dos interesses nacionais em detrimento da inclusão de migrantes.

Essa postura não apenas ressoa com uma base política que valoriza a homogeneidade cultural e a segurança, mas também provoca repercussões profundas na identidade nacional brasileira, que passa a ser caracterizada por uma defesa mais rígida da soberania e uma crescente exclusão de grupos migratórios. A análise das justificativas apresentadas pelo governo revela uma preocupação com a preservação da cultura e dos valores nacionais, que são frequentemente colocados em oposição à diversidade trazida pela migração.

Assim, essa performance discursiva, utilizando o nacionalismo para redefinir o que significa ser brasileiro em um mundo globalizado, fortaleceu a ideia de uma “brasilidade” exclusiva e foi instrumental na criação de coalizões com setores conservadores, além de enviar uma mensagem de resistência ao globalismo. A retirada do pacto, portanto, não representou mudanças concretas nas políticas públicas migratórias, mas teve uma função simbólica poderosa: consolidou uma identidade ultraconservadora alinhada com uma visão de segurança que resiste à diversidade, reforçando alianças internas e projetando uma nova face do Brasil no cenário internacional.

Referência

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/> Acesso em: 02 out. 24
- AZEVEDO, Rita. "Bolsonaro chama refugiados de 'escória do mundo'." *Exame*, 22 de setembro de 2015. Última atualização em 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/> Acesso em: 04 nov. 24
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial, 2020. Acesso em: 02 out. 24
- BOLSONARO, Jair. O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Publicado em: 9 jan. 2019. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1082969235930992640>. Acesso em: 19 out. 2014
- BORGES, Rodolfo. Bancada evangélica se consolida como força crucial para Bolsonaro. *El País Brasil*, 26 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/26/politica/1540566546_877882.html Acesso em: 01 nov. 2024.
- BRASIL. O que é refúgio: refúgio no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio/refugio-no-brasil> Acesso em: 13 nov. 24. s.d.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria do Ministro Nº 666/2019. Regulamenta o impedimento de ingresso, a repatriação, a deportação sumária, a redução ou cancelamento do prazo de estada de pessoa considerada perigosa para a segurança do Brasil. Boletim de Serviço em 26/07/2019. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Páginas 166-167. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/280/1/REVOGADO_PRT_GM_2019_666.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.
- BRASIL DE FATO. Migrações internacionais, discursos de ódio, racismo e xenofobia nos discursos da extrema direita em campanhas eleitorais. *Brasil de Fato*, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/29/migracoes-internacionais-discursos-de-odio-racismo-e-xenofobia-nos-discursos-da-extrema-direita-em-campanhas-eleitorais>. Acesso em: 16 out. 2024.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. Security: A new framework for analysis. Lynne Rienner Publishers, 1998. p. 21-47 Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5285019/mod_folder/content/0/Buzan%2C%20Waeber%20and%20Wilde.pdf?forcedownload=1 Acesso em: 01 set 24

CASARÕES, Guilherme; FLEMES, Daniel. Brazil first, climate last: Bolsonaro's foreign policy. 2019. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/64011> Acesso em: 29 out. 24

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. *Serviço Social & Sociedade*, n. 135, p. 290-307, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xvX5NYGfjGWsdZbq4dkG4pQ/> Acesso em: 02 nov. 24

CONECTAS. Governo Bolsonaro deixa Pacto Global para Migração. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixa-pacto-global-para-migracao/>. Acesso em: 15 set. 2024

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, p. 35-61, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/r5cSgh4tbG4DDHKmsjsHK9S/> Acesso em: 16 out. 2024

CSEM. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Cinco pontos para entender a saída do Brasil do pacto migratório da ONU. Disponível em: <https://www.csem.org.br>. Acesso em: 04 out. 2024.

DUARTE, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, p. e6628330, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 out. 2024

DW. Brasil notifica ONU sobre saída do pacto de migração. *DW*, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3BENe>. Acesso em: 16 out. 2024.

FELLET, João. Bolsonaro elogia endurecimento da política migratória de Trump e defende muro na fronteira com México. *BBC News Brasil*, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47619269>. Acesso em: 9 out. 2024.

FOLHA DE S.PAULO. ONU confirma ter recebido carta avisando de que Brasil deixaria pacto de migração. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/mundo/2019/01/onu-confirma-ter-recebido-carta-avisando-de-que-brasil-deixaria-pacto-de-migracao.shtml>. Acesso em: 16 out. 2024.

FOLLY, Maiara. Saída do acordo global sobre migrações pode impactar brasileiros no exterior. *El País*. 12 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/12/opinion/1547304022_687377.html Acesso em: 15 out 2024

GONÇALVES, Eduardo. A efervescente mistura entre Estado e religião no Brasil de Bolsonaro. *Veja*, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/a-efervescente-mistura-entre-estado-e-religiao-no-brasil-de-bolsonaro/> Acesso em: 02 nov. 2024.

JORNAL USP. Brasil completa quase dois anos fora do Pacto Global para Migração da ONU. *Rádio USP*. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-completa-quase-dois-anos-fora-do-pacto-global-para-migracao-da-onu/> Acesso em: 15 out. 2024

JORDÃO, Fernando. Cinco pontos para entender a saída do Brasil do migratório da ONU. *Correio Braziliense*. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/10/interna-brasil,729949/cinco-pontos-para-entender-saida-do-brasil-do-pacto-migratorio-da-onu.shtml> Acesso em: 15 out. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista psicologia política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427421> Acesso em 01 nov. 24

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: "perigo estrangeiro" e retorno à ideologia de segurança nacional. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador*, n. 247, mai./ago., p.302-321, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p302-321> Acesso em: 23 ago. 2024

MIGRAMUNDO. Entidades manifestam preocupação com saída do Brasil do Pacto Global para a Migração. *Migramundo*, 12 jan. 2019. Disponível em: <https://migramundo.com/entidades-manifestam-preocupacao-com-saida-do-brasil-do-pacto-global-para-a-migracao/>. Acesso em: 16 out. 2024.

MUSEU DO AMANHÃ. Por que o Brasil deve retornar ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. *Museu do Amanhã*, 2023. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/artigo-por-que-o-brasil-deve-retornar-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em: 9 out. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. Brasil: ONU diz que é "lamentável" a saída de um Estado-membro do Pacto para Migração. *Perspectiva Global Reportagens Humanas*. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1654722> Acesso em: 15 out. 2024

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem. Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição. *Ubuntu*: São Paulo, 2022. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4609303> Acesso em: 10 set 24

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM). Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em: 17 set. 2024.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, p. 486-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLn3wxS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 02 out. 24

RODRIGUES, João Pedro Caleiro. Bolsonaro sobre imigrantes: "Não é qualquer um que entra em nossa casa". *Exame*, 09 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-sobre-imigrantes-nao-e-qualquer-um-que-entra-em-nossa-casa/> Acesso em: 04 out. 2024.